



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INSPETOR DE POLÍCIA DE 6ª CLASSE

PROVA DE CONHECIMENTOS - NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- Após identificado e acomodado na sala, você somente poderá ausentar-se da mesma **sessenta minutos** após o início da prova, sempre acompanhado por um fiscal
- Você somente poderá entregar sua folha de respostas e deixar definitivamente o local de prova após decorridos **cento e oitenta minutos** do seu início, não podendo, **em nenhuma hipótese**, levar consigo o caderno de provas e qualquer tipo de anotação de suas respostas



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual

Uma imagem vale mais que mil palavras.

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

“Um homem acusado de tentativa de feminicídio foi preso, neste sábado (13/11), por policiais civis da 48ª DP (Seropédica). O acusado já possuía dois registros de agressões contra a vítima. De acordo com agentes, no dia 06 de novembro, ele voltou a agredir a companheira e tentou matá-la.

O criminoso foi encaminhado para o sistema prisional, onde ficará à disposição da Justiça.”

1

Considerando a estrutura geral do texto 1, o último período tem a função de:

- (A) exemplificar moralmente o resultado de má conduta;
- (B) indicar a consequência provisória da tentativa de homicídio;
- (C) mostrar a pena aplicada ao criminoso reincidente;
- (D) destacar um procedimento legal em casos semelhantes;
- (E) apontar a causa de o criminoso ter sido detido.

Texto 2

“Um homem acusado de tráfico de drogas e associação para o tráfico foi preso, neste sábado (13/11), por policiais civis da 110ª DP (Teresópolis) e militares. Contra ele foi cumprido um mandado de prisão.

O criminoso foi capturado após informações de inteligência. Ele foi encaminhado para o sistema prisional, onde ficará à disposição da Justiça.”

2

No texto 2 há a ocorrência de três vocábulos que poderiam ser confundidos com seus parônimos: *tráfico/tráfego, cumprido/comprido, mandado/mandato*.

A frase abaixo em que o vocábulo destacado está bem empregado é:

- (A) absolver / absorver – O juiz decidiu absorver todo o grupo já que todas as provas eram circunstanciais;
- (B) aprender / apreender – O grupo de policiais aprendeu uma grande quantidade de drogas no galpão da empresa;
- (C) delatar / dilatar – O delegado resolveu delatar o prazo da investigação a fim de ajudar o trabalho dos agentes;
- (D) dispensa / dispensa – A administração do presídio guardava numa espécie de dispensa todas as frutas;
- (E) fluir / fruir – Após o concerto a água fluía da torneira com toda a facilidade.

3

O texto 2 é do tipo informativo e é marcado pela mais rigorosa objetividade; a marca de objetividade presente no texto que está corretamente exemplificada é:

- (A) emprego da voz passiva sem complemento de agente: “O criminoso foi capturado após informações de inteligência”;
- (B) nominalização com omissão do autor da ação: “Um homem acusado de tráfico de drogas e associação para o tráfico foi preso”;
- (C) localização precisa da ocorrência: “Um homem acusado de tráfico de drogas e associação para o tráfico foi preso, neste sábado (13/11), por policiais civis da 110ª DP (Teresópolis) e militares”;
- (D) estrutura pronominal de sentido ativo: “Contra ele foi cumprido um mandado de prisão”;
- (E) indeterminação do sujeito da ação: “Ele foi encaminhado para o sistema prisional, onde ficará à disposição da Justiça”.

4

Em muitos textos informativos, o autor insere alguns elementos subjetivos; a frase abaixo que exemplifica tal situação é:

- (A) O preso foi capturado em sua própria residência, no bairro da Prainha, em Barbacena;
- (B) É pena que a prisão do acusado tenha sido feita sem testemunhas;
- (C) Os crimes de feminicídio parecem estar aumentando nas cidades brasileiras;
- (D) O acusado, em função das informações de inteligência, foi imediatamente preso;
- (E) Os jornais elogiaram o trabalho da polícia civil no final de semana.

5

A população recebeu, esta semana, por meio de cartazes distribuídos pelos diversos bairros do Rio, a informação sobre o telefone para denunciar atos ilegais à Polícia.

A situação abaixo que se utiliza do mesmo canal de comunicação é:

- (A) Escutei ontem pelo rádio que o Vasco da Gama ganhou o jogo;
- (B) O sino da matriz anunciava a missa da noite;
- (C) No caixa eletrônico de seu banco, Vera vê aparecer na tela a mensagem “Digite sua senha”;
- (D) Telefonaram-lhe à noite, comunicando a má notícia;
- (E) O carro passava pela rua, oferecendo laranjas aos moradores dos prédios.

6

Todos os segmentos textuais abaixo exemplificam o discurso argumentativo; o segmento em que a argumentação se apoia sobre um exemplo é:

- (A) Se você ama seus filhos, dê-lhes de presente nossos jogos educativos;
- (B) O mestre não apresenta jamais uma ideia unicamente no plano intelectual, ele a mostra de forma que o coração a sinta;
- (C) A psicanálise mostrou que nossos comportamentos na idade adulta são determinados pelo inconsciente, como já disse Freud;
- (D) Os professores não respeitam o horário de atendimento; fui encontrar meu professor de biologia e ele não estava no gabinete;
- (E) Você que gosta de tomar banhos de sol, lembre-se de que a ciência já demonstrou estatisticamente o perigo de câncer de pele.

7

“Meu aluno Roberto tira sempre boas notas nas provas, mesmo trabalhando vinte horas semanais num restaurante do Centro. Isso prova que o trabalho em tempo parcial não prejudica o estudo universitário.”

O problema da tese defendida nesse texto é o de que ela:

- (A) se apoia sobre um caso particular, não representativo;
- (B) se fundamenta num princípio universal que é aplicado a um caso particular;
- (C) se estrutura a partir de uma analogia, partindo de um terreno conhecido para um desconhecido;
- (D) não se apoia em fatos para a defesa da tese, tornando-a, por isso mesmo, muito debilitada;
- (E) se ancora em um testemunho de autoridade.

8

Observe o segmento de texto abaixo, retirado de um jornal carioca: “No túnel Rebouças, a quantidade de *motoboys* é imensa e os motoristas devem ter atenção redobrada para que não ocorram graves acidentes.”

A palavra *motoboys* é um estrangeirismo de amplo emprego na língua portuguesa, assim como todos os que estão destacados nas frases abaixo; a opção em que o estrangeirismo empregado tem um substituto adequadamente indicado é:

- (A) O policial tinha em seu quarto um *poster* de Sherlock Holmes / quadro;
- (B) A delegacia não tinha como fazer *backup* dos arquivos / compartilhamento;
- (C) Mandava todas as mensagens por *e-mail* / correio eletrônico;
- (D) Procurou as informações necessárias num *site* especializado / noticiário;
- (E) O restaurante não tinha serviço de *delivery* / pagamento com cartão de crédito.

9

Todas as frases abaixo foram retiradas de um relatório de seguranças de um shopping; a única opção em que NÃO ocorre nenhuma impropriedade léxica, ou seja, mau emprego de vocábulos, é:

- (A) O segurança de plantão cometeu um ato de heroísmo ao salvar os meninos de atropelamento;
- (B) O entregador escorregou graças à gordura derramada na porta de entrada;
- (C) Os seguranças foram hospitalizados e um deles goza de muito má saúde;
- (D) Os motoristas não tinham alternativa: ou saíam rapidamente ou pagariam multas;
- (E) A vítima do atropelamento era observada com discrição pelos clientes que passavam.

10

Em todas as frases abaixo foi empregado o verbo *cair*; a frase em que foi proposto um substituto adequado para esse verbo é:

- (A) O palanque caiu devido ao peso excessivo / desmoronou;
- (B) A rocha caiu sobre o povoado, destruindo casas / ruiu;
- (C) Os lutadores caíram abraçados sobre a lona / precipitaram-se;
- (D) A árvore, de velha, caiu sobre a estrada / tombou;
- (E) A claridade que cai nas vidraças ilumina tudo / se despenca.

11

Em todas as opções abaixo há uma sequência de adjetivos que expressam uma mesma ideia; a opção em que esses adjetivos partem do menos para o mais intenso é:

- (A) amigo / companheiro / parceiro;
- (B) afastado / distante / remoto;
- (C) colérico / irado / raivoso;
- (D) sentimental / sensível / afetivo;
- (E) delicado / gentil / educado.

12

Em todas as frases abaixo há uma substituição de termos pelo relativo *cujo*, *a*, *os*, *as*; a frase em que essa substituição foi feita de forma adequada é:

- (A) Aquela cidade, da qual vemos as igrejas, é Barbacena / Aquela cidade, cuja visão temos das igrejas, é Barbacena;
- (B) Esse senhor, do qual conheces a filha, é meu tio / Esse senhor, cujo conhecimento tens da filha, é meu tio;
- (C) Picasso, parte dos quadros dele são exibidos em Barcelona, morreu em 1973 / Picasso, cuja exibição de parte dos quadros é feita em Barcelona, morreu em 1973;
- (D) Os livros, dos quais as páginas foram copiadas, são os mais caros da coleção / Os livros, de cujas páginas foram copiadas, são os mais caros da coleção;
- (E) As goiabeiras, das quais saem os frutos mais doces do pomar, são de origem asiática / As goiabeiras, de cujo pomar saem os frutos mais doces, são de origem asiática.

13

Em todas as frases abaixo há uma expressão formada pelo advérbio *não* + forma verbal; a frase abaixo em que a expressão destacada foi substituída por um só verbo de significado equivalente e adequado ao contexto é:

- (A) Não aceitou o convite / Declinou do convite;
- (B) Não aceitou a minha ajuda / Ignorou a minha ajuda;
- (C) Não cumpriu o que manda a lei / Desprezou o que manda a lei;
- (D) Não aceitou as acusações / Combateu as acusações;
- (E) Não se entregou até o final da luta / Dedicou-se até o final da luta.

14

Todas as frases abaixo se iniciam por um termo preposicionado; a frase modificada, de forma a suprimir esse termo, que altera o sentido da frase original é:

- (A) Neste jornal há notícias apavorantes / Este jornal publica notícias apavorantes;
- (B) Em sua irritação, disse coisas inconvenientes / Sua irritação levou-o a dizer coisas inconvenientes;
- (C) Em suas cartas, revela-se toda a sua generosidade / Suas cartas comprovam toda a sua generosidade;
- (D) Numa gruta, achamos abrigo durante a tempestade / A gruta protegeu-nos durante a tempestade;
- (E) Nesta região, há cinco povoados importantes / Esta região compõe-se de cinco povoados importantes.

15

Quatro pessoas foram presas em flagrante, nesta quinta-feira (11/11), por tentativa de estelionato e organização criminosa, por policiais civis de certa delegacia de polícia. O grupo, segundo investigações, atuava em uma empresa e oferecia às vítimas investimentos financeiros com retornos atrativos acima do que é praticado no mercado.

Durante a apuração ficou comprovado que os acusados ofereciam um rendimento de 1% sobre o valor inicial de aplicação, estipulado em R\$ 9 mil, e diziam que a quantia seria devolvida integralmente ao investidor. Ao receber o dinheiro, os golpistas encerravam a atividade da empresa, lesando as vítimas. O grupo, em seguida, abria outra firma, com nova razão social e nova pessoa jurídica, para enganar outras pessoas.

Os policiais chegaram até os acusados após denúncia de uma das vítimas. Os quatro foram ouvidos na delegacia e autuados por tentativa de estelionato.

O segmento desse texto cujo vocabulário pertence a um campo semântico sem relação com o policial é:

- (A) Quatro pessoas foram presas em flagrante, nesta quinta-feira (11/11), por tentativa de estelionato e organização criminosa;
- (B) O grupo, segundo investigações, atuava em uma empresa e oferecia às vítimas investimentos financeiros com retornos atrativos;
- (C) Durante a apuração ficou comprovado que os acusados ofereciam um rendimento de 1% sobre o valor inicial de aplicação;
- (D) O grupo, em seguida, abria outra firma, com nova razão social e nova pessoa jurídica, para enganar outras pessoas;
- (E) Os quatro foram ouvidos na delegacia e autuados por tentativa de estelionato.

16

Todas as frases abaixo foram reescritas na forma negativa, mantendo-se o sentido original; a forma adequada de reescritura está na frase:

- (A) A empresa fracassou / A empresa não se desenvolveu;
- (B) O time foi eliminado / O time não foi campeão;
- (C) Essa atriz está envelhecendo / Essa atriz não atua mais;
- (D) Proibiram-nos de sair do colégio / Proibiram-nos que não entrássemos no colégio;
- (E) Aquele filme me aborreceu / Aquele filme não me agradou.

17

A forma de substituição do termo *onde* por um nome é adequada na seguinte opção:

- (A) Este palácio é onde está instalado o Supremo Tribunal Federal / Este palácio é a base do Supremo Tribunal Federal;
- (B) O Palácio da Alvorada, onde vive o chefe do Estado / O Palácio da Alvorada, local de trabalho do chefe do Estado;
- (C) Puseram uma cruz onde ocorreu o acidente / Puseram uma cruz na situação do acidente;
- (D) Gostaria de saber de onde vieram estas caixas / Gostaria de saber a origem destas caixas;
- (E) Gostaria de saber para onde vão estas bicicletas / Gostaria de saber o futuro dessas bicicletas.

18

Observe o texto a seguir.

“O Conselho Holandês de Saúde explica que os açúcares da fruta no suco de laranja são absorvidos pelo corpo muito rapidamente porque eles entram no corpo em forma líquida. Porque eles entram no corpo tão rápido em uma quantidade tão alta, o corpo converte facilmente este açúcar em gordura. Um copo de suco de laranja contém tanto açúcar quanto um copo de refrigerante. Isso significa que você pode ganhar peso rapidamente, e pessoas com mais gordura corporal terão maior chance de ter diabetes. Tudo a partir de um copo de suco de laranja!”

O segmento desse texto em que há a preocupação de informar e de convencer é:

- (A) O Conselho Holandês de Saúde explica que os açúcares da fruta no suco de laranja são absorvidos pelo corpo muito rapidamente porque eles entram no corpo em forma líquida;
- (B) Porque eles entram no corpo tão rápido em uma quantidade tão alta, o corpo converte facilmente este açúcar em gordura;
- (C) Um copo de suco de laranja contém tanto açúcar quanto um copo de refrigerante;
- (D) Isso significa que você pode ganhar peso rapidamente, e pessoas com mais gordura corporal terão maior chance de ter diabetes;
- (E) Tudo a partir de um copo de suco de laranja!

19

Numa noite friorenta, um casal recebe um casal de amigos para jantar; sentam-se inicialmente na sala de visitas, onde as janelas estão abertas e a mulher recém-chegada diz: “Os jornais dizem que hoje vai ser a noite mais fria do ano!”

Nesse caso, a frase tem uma função manifesta e uma função real, que correspondem, respectivamente, a:

- (A) uma informação e um pedido;
- (B) uma declaração e uma ordem;
- (C) uma manifestação afetiva e uma informação;
- (D) uma constatação e uma explicação;
- (E) uma explicação e uma solicitação.

20

Todas as frases abaixo têm valor informativo; a opção em que foi proposta uma modificação de modo a tornar a frase menos objetiva é:

- (A) Decidimos modificar esta lei / Decidiu-se modificar a lei;
- (B) Os produtores de vinho vendem o produto mais caro este ano / O vinho é vendido mais caro este ano;
- (C) O colégio recusou a matrícula de meu filho / Recusaram a matrícula do meu filho;
- (D) Nossa editora só considerará as demandas de autores portadores de diplomas universitários / Só serão consideradas as demandas de autores portadores de diplomas universitários;
- (E) Consertou-se o carro dele e o conserto foi caro / O conserto do carro dele foi caro.

21

A opção em que a passagem do discurso direto para o indireto é feita de forma adequada é:

- (A) Maria acrescentou: “Eu sei agora que meu amigo partirá daqui em dois dias” / Maria acrescentou que ela sabia então que seu amigo partiria daqui dois dias mais tarde;
- (B) Seu professor lhe disse: “Refaça agora o trabalho” / Seu professor lhe disse que refizesse naquele momento o trabalho;
- (C) Baixando os olhos, Pedro disse: “É verdade que eu menti ontem” / Baixando os olhos, Pedro disse que era verdade que ele mentiu no dia anterior;
- (D) O operário confirmou: “Vou receber amanhã tudo o que mereço pelo meu trabalho” / O operário confirmou que vai receber no dia seguinte tudo o que merece pelo seu trabalho;
- (E) O menino explicou: “Eu estava aqui na sala quando minha irmã caiu e machucou o joelho” / O menino explicou que estava ali na sala quando a irmã dele tinha caído e tinha machucado o joelho.

22

A frase abaixo que, ao contrário das demais, só traz dados objetivos, sem a participação do enunciador, é:

- (A) O desempenho do time ontem foi excepcional;
- (B) É pena que tenha chovido tanto no final de semana;
- (C) Segundo o que eu penso, esse médico é um enganador;
- (D) Você não passa de um charlatão vulgar;
- (E) João acertou na loteria e está feliz com isso.

23

Observe o texto a seguir.

“A corrida sempre esteve muito presente na minha vida, mas no começo dessa pandemia fui forçado a parar de fazer o que amo. Quando meu médico me liberou para praticar novamente, isolado, senti um desconforto no joelho e fui forçado a dar uma pausa... Não pude acreditar que isso estava acontecendo comigo, não podia aceitar que nunca mais ia praticar o esporte da minha vida. Eu pesquisei em tudo que podia, tentei tomar remédio para dor e até mesmo voltei ao meu médico. Mas só depois de tanto pesquisar, pude achar um blog onde um cara passou pela mesma coisa que eu, e a única coisa que ajudou ele a resolver a dor foi a joelheira Ultra K.”

A finalidade essencial desse texto é:

- (A) dar um depoimento pessoal;
- (B) incentivar pessoas a praticar esportes;
- (C) divulgar um produto comercial;
- (D) ajudar pessoas a enfrentar problemas;
- (E) promover a necessidade de consultas médicas.

24

Todas as frases abaixo são construídas por dois segmentos; a frase em que a troca de posição dos segmentos mostra inadequação é:

- (A) O primeiro passo para conhecer-se é desconfiar de si mesmo;
- (B) Somos o que não parecemos e parecemos o que não somos;
- (C) O que sabemos fazer aprendemos fazendo;
- (D) O ignorante afirma, o sábio duvida e reflete;
- (E) A rotina é sempre a mesma: tomo café e lavo a louça.

25

A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, mas também o pronome NÓS pode desempenhar esse papel; a frase abaixo em que o pronome SE foi adequadamente substituído pelo pronome NÓS é:

- (A) O primeiro passo para conhecer-se é desconfiar de si mesmo / O primeiro passo para conhecermos-nos é desconfiarmos de nós mesmos;
- (B) Sabe-se o que se é, mas não o que se poderá ser / Sabe-se o que somos, mas não o que poderemos ser;
- (C) Conhece-se aquilo que se faz repetidamente / Conhecemos aquilo que fizemos repetidamente;
- (D) O que se sabe fazer, aprende-se fazendo / O que soubemos fazer, aprendemos fazendo;
- (E) Quando se erra a primeira casa de botão, não se conseguirá abotoar / Quando erramos a primeira casa de botão, não conseguiremos abotoar-nos.

26

O dicionário de Antônio Houaiss traz um grande número de definições de vocábulos; quase todas essas definições começam por um termo geral (hiperônimo).

A definição abaixo, retirada desse dicionário, em que o termo geral destacado foi bem selecionado é:

- (A) mesa – *imóvel* composto de um tampo horizontal, que geralmente se destina a fins utilitários: refeições, jogos, escrita, costura, apoio etc.;
- (B) biblioteca – *construção* onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar ou levar de empréstimo;
- (C) bailarino – *profissional* que dança profissionalmente, exibindo-se para o público;
- (D) cubo – *desenho* composto de seis faces quadradas de igual tamanho, formando um hexaedro;
- (E) livreria – *casa editorial* onde se vendem livros.

27

Todas as frases abaixo mostram linguagem figurada; a que mostra uma expansão da figura inicial, com o emprego de outra expressão figurada, é:

- (A) Felicidade é um lugar onde você pode pousar, mas não pode fazer seu ninho;
- (B) Felicidade é como um beijo: você deve compartilhar para aproveitá-lo;
- (C) Felicidade é uma escrivinha muito pequena e uma grande cesta de lixo;
- (D) Felicidade é um fluxo de caixa positivo;
- (E) A felicidade é um bem que se multiplica ao ser dividido.

28

Observe o texto a seguir.

“A Instituição Policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martim Afonso de Sousa enviado ao Brasil-Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que, no dia 20 de novembro de 1530, a Polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse, nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a Instituição Policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.

Na época, uma das principais funções desta organização era se prevenir de espões europeus e fiscalizar embarcações. A polícia, então, também começou a ser chamada de Civil, como uma forma de diferenciá-la de outras formas de policiamento, por seu caráter investigativo.”

O texto acima mostra seguidamente a preocupação com a precisão informativa; a marca destacada que corresponde a uma outra preocupação, que não a de precisão, é:

- (A) a fonte segura das informações: “A Instituição Policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530”;
- (B) a datação precisa: “A partir de então a Instituição Policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente”;
- (C) a finalidade histórica: “Na época, uma das principais funções desta organização era se prevenir de espões europeus e fiscalizar embarcações”;
- (D) a base informativa de credibilidade: “A pesquisa histórica revela que, no dia 20 de novembro de 1530, a Polícia brasileira iniciava as suas ações”;
- (E) a preocupação terminológica: “A polícia, então, também começou a ser chamada de Civil, como uma forma de diferenciá-la de outras formas de policiamento, por seu caráter investigativo”.

Texto 3

Com a chegada da temporada de verão, a Polícia Militar contará com o reforço de efetivo em Balneário Camboriú, buscando manter os indicadores dos crimes violentos em queda. No ano de 2019 ocorreram 13 homicídios. Já no ano passado, este número foi reduzido para 10.

Diante a intensificação das ações policiais, o 12º Batalhão de Polícia Militar conseguiu alcançar em 2021, até o dia de hoje, a impressionante marca de apenas 6 homicídios dolosos. Isto significa uma redução de 40% no triênio, e se comparado ao ano de 2019, a redução ultrapassaria a 50%.

O reforço de efetivo em Balneário Camboriú busca manter os indicadores dos crimes violentos em queda, visando a manutenção da qualidade de vida da cidade, que é referência tanto no âmbito estadual, como nacional.

Adaptado. Polícia Civil - Balneário Camboriú.

29

Observe o primeiro parágrafo do texto 3. A afirmação abaixo que está em desacordo com os componentes desse parágrafo é:

- (A) o termo “Com a chegada da temporada de verão” indica simultaneamente as noções de tempo e causa;
- (B) o termo “reforço de efetivo” se refere ao aumento numérico e qualitativo de policiais;
- (C) o segmento “buscando manter os indicadores dos crimes violentos em queda” indica a finalidade do aumento de efetivo;
- (D) o segmento “manter os indicadores dos crimes violentos em queda” informa que já tinha havido queda no número de crimes violentos anteriormente;
- (E) os dois últimos períodos do parágrafo explicitam a afirmação anterior sobre a queda dos indicadores de crimes violentos.

30

O termo destacado que marca uma interferência do redator da notícia no conteúdo veiculado no texto 3 é:

- (A) Com a chegada da temporada de verão, a Polícia Militar contará com o reforço de efetivo em Balneário Camboriú, buscando manter os indicadores dos crimes violentos em queda;
- (B) No ano de 2019 ocorreram 13 homicídios. Já no ano passado, este número foi reduzido para 10;
- (C) Diante a intensificação das ações policiais, o 12º Batalhão de Polícia Militar conseguiu alcançar em 2021, até o dia de hoje, a impressionante marca de apenas 6 homicídios dolosos;
- (D) Isto significa uma redução de 40% no triênio, e se comparado ao ano de 2019, a redução ultrapassaria a 50%;
- (E) ...visando a manutenção da qualidade de vida da cidade, que é referência tanto no âmbito estadual, como nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

31

Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- (A) coisa julgada;
- (B) direito adquirido;
- (C) ato jurídico perfeito;
- (D) expectativa legítima;
- (E) legalidade imanente.

32

Nos termos do Art. 26, I, da Constituição da República de 1988, estão incluídos entre os bens dos Estados “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União”.

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- (A) plena e aplicabilidade diferida;
- (B) limitada e princípio institutivo;
- (C) plena e aplicabilidade imediata;
- (D) contida e aplicabilidade imediata;
- (E) limitada e princípio programático.

33

Germano pretendia se candidatar a cargo eletivo nas próximas eleições. Com tal objetivo, procurou um advogado e foi informado de que era alcançado por causa de inelegibilidade prevista na Constituição da República de 1988.

É correto afirmar que uma causa de inelegibilidade de natureza constitucional:

- (A) sempre impede que o interessado concorra a qualquer cargo eletivo;
- (B) somente alcança os cargos eletivos vinculados a um ente federativo em particular;
- (C) será afastada se houver a desincompatibilização no prazo indicado pela ordem jurídica;
- (D) somente alcança cargos eletivos específicos, conforme a causa geradora da inelegibilidade;
- (E) pode alcançar todos os cargos eletivos, um cargo eletivo específico ou os cargos eletivos vinculados a um ente federativo em particular.

34

João, deputado federal, foi denunciado pelo Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal, pela prática de crime contra a Administração Pública.

Nesse caso, a denúncia:

- (A) somente poderá ser apreciada mediante prévia autorização da Câmara dos Deputados, o que não afetará o exercício do mandato;
- (B) pode ser livremente apreciada, independentemente de autorização da Câmara dos Deputados, mas esta Casa pode sustar o seu andamento;
- (C) uma vez recebida, acarretará o afastamento automático de João, salvo decisão em contrário da Câmara dos Deputados, tomada por maioria absoluta de votos;
- (D) pressupõe o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, o qual, em sendo positivo, permitirá o início do processo criminal em desfavor de João;
- (E) somente poderá ser apreciada mediante prévia autorização do Congresso Nacional, que também pode sustar o seu andamento no momento que lhe pareça adequado.

35

Após ampla discussão, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa reformou a Constituição Estadual para dispor que seria observado, em todas as esferas de poder, como limite remuneratório único, o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça. Do alcance desse comando foram excepcionados apenas os deputados estaduais.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a reforma da Constituição Estadual descrita na narrativa é:

- (A) inconstitucional, já que cada esfera de poder deve ter o seu limite remuneratório;
- (B) constitucional, pois simplesmente veicula norma de reprodução obrigatória já contemplada na Constituição da República de 1988;
- (C) inconstitucional, apenas em relação à exclusão dos deputados estaduais, que não podem receber tratamento diferenciado;
- (D) inconstitucional, pois o teto único importa em vinculação indireta de espécies remuneratórias distintas, o que é expressamente vedado;
- (E) constitucional, sendo expressamente autorizado que o subsídio dos desembargadores seja utilizado como limite único, desde que não alcance os deputados estaduais.

36

O Município Alfa figurava no polo passivo de uma ação coletiva cuja causa de pedir estava lastreada no teor da Lei municipal nº XX, que se mostrava dissonante da ordem constitucional, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, formada a partir da análise de leis municipais similares. Após amplas discussões internas, o Município Alfa decidiu que iria propor ao referido tribunal, incidentalmente ao curso do respectivo processo, a edição de súmula vinculante sobre a matéria.

À luz das circunstâncias indicadas, o Município Alfa:

- (A) não tem legitimidade para propor a edição de súmula vinculante;
- (B) tem legitimidade para propor a edição de súmula vinculante, o que não acarretará a suspensão do processo;
- (C) tem legitimidade para propor a edição de súmula vinculante, que obstará a promulgação de novas leis de teor similar;
- (D) tem legitimidade para propor a edição de súmula vinculante, que terá efeito vinculante apenas sobre os órgãos do Poder Judiciário;
- (E) não tem legitimidade para propor a edição de súmula vinculante, mas poderá ingressar com arguição de descumprimento de preceito fundamental.

37

Em razão de uma calamidade de grandes proporções na natureza, o presidente da República consultou alguns ministérios para avaliar a possível decretação do estado de defesa nas áreas abrangidas, bem como o procedimento a ser observado.

Na situação descrita, o estado de defesa:

- (A) não pode ser decretado, já que a calamidade que o autoriza é a de natureza institucional e política, não a decorrente da ação da natureza;
- (B) pode ser decretado, após provocação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, e prévia aquiescência do Congresso Nacional;
- (C) pode ser decretado, desde que ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com posterior apreciação do decreto pelo Congresso Nacional;
- (D) pode ser decretado, mas pelo Congresso Nacional, a partir de provocação do presidente da República, após autorização do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional;
- (E) pode ser decretado, desde que haja prévia aquiescência do Congresso Nacional, sendo facultativa a manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

38

Em acirrada disputa de hipismo, a amazonas Joana recebeu uma pontuação que considerava manifestamente dissonante do regulamento da competição, o que a levou a perder a primeira colocação e, conseqüentemente, a não fazer jus à respectiva premiação em dinheiro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da “justiça” a ser procurada no caso, se a comum ou a desportiva, foi-lhe respondido, corretamente, que:

- (A) o princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional torna cogente que a questão seja diretamente submetida à justiça comum;
- (B) Joana somente pode procurar a justiça comum após o esgotamento das instâncias da justiça desportiva, conforme regulada em lei;
- (C) o caso somente pode ser submetido à apreciação da justiça desportiva, o que decorre da especialidade da matéria versada, não à justiça comum;
- (D) em razão da premiação em dinheiro que Joana não recebeu, a questão deixou de ser meramente desportiva, devendo ser resolvida pela justiça comum;
- (E) Joana poderia escolher livremente entre a submissão do caso à justiça comum ou à desportiva, devendo estar ciente, apenas, que as decisões desta última não são definitivas.

39

Pedro, ambientalista atuante e que tinha papel decisivo no processo de formação da opinião pública, decidiu desligar-se do jornal em que trabalhava e passou a publicar o seu próprio informativo. Após divulgar o primeiro número, foi notificado pela fiscalização municipal e informado de que deveria suspender a circulação do informativo até que obtivesse licença da autoridade competente, o secretário municipal de Comunicação.

À luz da sistemática constitucional, a atuação da fiscalização foi:

- (A) incorreta, pois a publicação do informativo impresso promovida por Pedro independe de licença de qualquer autoridade;
- (B) correta, pois nenhuma pessoa, natural ou jurídica, pode oferecer bem ou serviço ao público sem prévia licença do órgão competente;
- (C) incorreta, pois a liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, afasta a necessidade de licença de autoridade;
- (D) incorreta, pois o funcionamento dos estabelecimentos de prestação de serviços não é de interesse local, logo, o Município não é competente para fiscalizá-los;
- (E) correta, pois a concessão de licença, pela autoridade competente, para as atividades de comunicação social, busca assegurar a liberdade de informação e afastar o anonimato.

40

O prefeito do Município Beta editou decreto dispondo que as áreas públicas, no entorno de determinada praça, passariam a constituir áreas de proteção ambiental, daí decorrendo uma série de restrições para o desenvolvimento de atividades no local. Alguns anos depois, outro prefeito, por entender que a medida obstava o desenvolvimento da região, além de, a seu ver, ser desnecessária, solicitou que sua assessoria se manifestasse a respeito de como as áreas poderiam deixar de ser consideradas de proteção ambiental.

A assessoria informou, corretamente, que:

- (A) o prefeito poderia valer-se do mesmo instrumento, o decreto, para afastar a qualificação das áreas como de proteção ambiental;
- (B) apenas mediante prévia autorização judicial seria possível afastar a qualificação das áreas como sendo de proteção ambiental;
- (C) seria necessária a edição de lei municipal para que fosse afastada a qualificação das áreas como sendo de proteção ambiental;
- (D) não seria possível suprimir a qualificação das áreas como sendo de proteção ambiental, em razão da necessidade de perene proteção do meio ambiente;
- (E) apenas mediante permissivo expresse, inserido na lei orgânica do Município Beta, seria possível afastar a qualificação das áreas como sendo de proteção ambiental.

41

Certo Estado da federação criou determinado benefício assistencial para famílias de baixíssima renda, assim consideradas a partir de análise documental e detalhado estudo elaborado por profissional habilitado em visita à respectiva residência. Além disso, o principal requisito exigido para o recebimento do benefício era a estrita observância do planejamento familiar, com frequência a cursos e a utilização de métodos contraceptivos, a serem estritamente controlados, sendo proibidos novos nascimentos nas famílias selecionadas.

À luz da sistemática constitucional, observa-se que o principal requisito estabelecido é:

- (A) constitucional, já que, por se tratar de adesão voluntária, o planejamento familiar não assumiria contornos coercitivos;
- (B) inconstitucional, pois a situação das famílias destinatárias do benefício torna o planejamento indiretamente coercitivo;
- (C) inconstitucional, pois a percepção de benefícios assistenciais, por suas próprias características, deve ser incondicionada;
- (D) constitucional, pois o Estado pode estabelecer contraprestações para todos os benefícios que ofereça;
- (E) constitucional, sendo proporcional, nesse caso, em relação à natureza e aos objetivos do benefício assistencial.

42

Maria e João, que tinham diversos filhos, procuraram se informar a respeito do acesso à educação, bem como se haveria algum programa suplementar, de natureza pública, para apoiar o educando. Na ocasião, receberam a informação de que (1) apenas o acesso à educação infantil e ao ensino fundamental era obrigatório e gratuito; (2) os programas suplementares eram estruturados conforme a avaliação política de cada ente federativo e sua disponibilidade orçamentária e financeira, sendo, portanto, facultativos; (3) existia a garantia de progressiva universalização do ensino médio gratuito.

À luz da sistemática constitucional:

- (A) as informações 1, 2 e 3 estão incorretas;
- (B) as informações 1, 2 e 3 estão corretas;
- (C) apenas a informação 1 está correta;
- (D) apenas a informação 2 está correta;
- (E) apenas a informação 3 está correta.

43

A União editou a Lei nº XX dispondo que, nas áreas de ciência, tecnologia e educação, o Estado (1) dará tratamento prioritário à pesquisa científica básica e tecnológica; (2) promoverá e incentivará a atuação das instituições públicas no território nacional, e somente em caráter excepcional no exterior; e (3) vinculará, obrigatoriamente, parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

À luz da sistemática constitucional, apenas:

- (A) os comandos 1 e 2 são inconstitucionais;
- (B) os comandos 2 e 3 são constitucionais;
- (C) o comando 1 é constitucional;
- (D) o comando 2 é constitucional;
- (E) o comando 3 é constitucional.

44

No último ano, João, oficial do Exército, praticou uma conduta particularmente grave sob a ótica dos padrões deontológicos da disciplina militar.

Nesse caso, João pode perder o posto e a patente:

- (A) em decorrência de condenação em processo administrativo disciplinar ou como efeito da condenação na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado;
- (B) apenas se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, ou condenado à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado de tribunal especial;
- (C) como efeito da condenação na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado;
- (D) apenas como efeito da condenação na justiça militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado;
- (E) apenas se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente.

45

Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitrada:

- (A) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- (B) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;
- (C) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional;
- (D) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- (E) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

Direito Administrativo

46

Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional no combate ao novo coronavírus, o Estado Alfa, regularmente, no âmbito de sua competência, adotou a medida de quarentena, consistente na restrição de atividades e separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estavam doentes e de mercadorias suspeitas de contaminação, de maneira a evitar a possível propagação do coronavírus. A citada medida restritiva teve base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde feitas pelo comitê técnico estadual e foi limitada no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

No caso em tela, a quarentena foi embasada no chamado poder administrativo:

- (A) de polícia, mediante imposição de restrições ao exercício de liberdades individuais e ao direito de propriedade do particular, em prol do interesse coletivo;
- (B) de segurança pública, mediante imposição de restrições legais, cujo descumprimento merece repressão na esfera administrativa e criminal pelos órgãos de segurança pública;
- (C) disciplinar, mediante o estabelecimento de normas sanitárias que regem a vida em sociedade, com base na supremacia do interesse público sobre o privado;
- (D) hierárquico, mediante imposição de restrições por autoridades administrativas, que condicionam liberdade e propriedade individual em prol do interesse público;
- (E) regulamentar, mediante edição de normas concretas e específicas para disciplinar situação urgente que demanda sacrifícios individuais em prol do interesse coletivo.

47

Em operação conjunta da Polícia Civil (representada por inspetores de polícia, no combate a crimes contra as relações de consumo) com o Município (representado por agentes de vigilância sanitária municipal na repressão a atos infracionais), os agentes públicos constataram que a padaria diligenciada estava repleta de ratos e exposto à venda produtos impróprios para o consumo. Além das providências em âmbito criminal adotadas pelos policiais, diante da urgência que se impunha e com base em expressa previsão legal, os agentes municipais interditaram a padaria.

A citada interdição é um ato administrativo com atributo da:

- (A) imperatividade, que é um meio de execução direta do ato administrativo, mediante imprescindível e prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório diferido pelo particular interessado;
- (B) exigibilidade, que é um meio legítimo de coerção direta do ato administrativo, assegurado o posterior controle jurisdicional e admitido o contraditório imediato pelo particular interessado;
- (C) tipicidade, que é um meio de coerção indireta do ato administrativo que prescinde de prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório imediato pelo particular interessado;
- (D) autoexecutoriedade, que é um meio de execução direta do ato administrativo que prescinde de prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório diferido pelo particular interessado;
- (E) presunção de legitimidade, que é um meio legítimo de execução direta do ato administrativo, desde que assegurado o contraditório imediato pelo particular interessado.

48

No Estado Delta, a Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis e de Cargas (DRFAC) tinha atribuição para investigar os crimes que a denominavam. Diante do aumento nas estatísticas de crimes patrimoniais de automóveis e cargas na área circunscricional daquela Unidade de Polícia Judiciária, a autoridade competente desmembrou regularmente as atividades da então DRFAC, de maneira que atualmente existem duas delegacias distintas especializadas: a Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA) e a Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC).

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a providência adotada pelo Estado Delta denomina-se:

- (A) descentralização funcional, consistente na repartição externa de competência entre órgãos distintos do Estado Delta;
- (B) delegação funcional, mediante divisão externa de competência entre órgãos distintos do Estado Delta;
- (C) outorga administrativa, mediante escalonamento especializado de competência entre delegacias distintas;
- (D) desconcentração administrativa, consistente em distribuição interna de competências;
- (E) descentralização administrativa, mediante especialização interna no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

49

Antônio, delegado de polícia do Estado Gama, titular da Xª DP, ao elaborar a escala de trabalho dos agentes policiais lotados na Unidade de Polícia Judiciária sempre designava o inspetor de polícia João para as sextas, sábados e domingos, dias menos concorridos pelos servidores, haja vista que o inspetor é seu antigo desafeto. Inconformado com a perseguição, e após não obter êxito em pedido de reconsideração, João apresentou recurso administrativo hierárquico previsto na norma de regência ao secretário estadual de Polícia Civil, comprovando a retaliação praticada pelo delegado.

No caso em tela, o chefe institucional:

- (A) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, pois agiu com o intuito de perseguir seu subordinado;
- (B) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade desvio de poder, por vício no elemento finalidade do ato administrativo;
- (C) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento motivo do ato administrativo;
- (D) não deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, que agiu nos limites de seu poder discricionário, na qualidade de chefe imediato de João;
- (E) não deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, pois os elementos do ato administrativo não estão viciados, de maneira que, apesar de imoral, a conduta não é ilegal.

50

O delegado de Polícia Civil do Estado Alfa Carlos acabou de assumir a titularidade da Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude. Com o objetivo de angariar a simpatia dos agentes policiais lotados na Unidade de Polícia Judiciária, o delegado Carlos baixou ordem de serviço extinguindo o plantão na delegacia e determinando que os casos de urgência fora do expediente da DP fossem atendidos na delegacia comum mais próxima. O Ministério Público ajuizou ação civil pública pleiteando o retorno do plantão de 24 horas na Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude, a fim de que todos os menores apreendidos em flagrante de ato infracional sejam ouvidos e atendidos na referida instituição, impedindo que sejam colocados em ambiente carcerário constituído para imputáveis, em concomitância com presos maiores. Além da comprovação de que normas constitucionais e convencionais foram violadas, o Ministério Público ressaltou que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que "havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em coautoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria".

De acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão ministerial:

- (A) não merece prosperar, porque ação civil pública não é a medida judicial adequada para o caso, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes;
- (B) não merece prosperar, porque o Ministério Público não ostenta legitimidade para ajuizar ação civil pública em favor de adolescentes infratores, e sim apresentar representação em face deles;
- (C) não merece prosperar, porque o delegado agiu nos limites de sua discricionariedade administrativa, observados seus critérios de conveniência e oportunidade, e o Poder Judiciário não pode se imiscuir no mérito administrativo;
- (D) merece prosperar, pois, via de regra, o Poder Judiciário, quando provocado em tema de políticas públicas, deve analisar a legalidade e o mérito administrativo de atos administrativos;
- (E) merece prosperar, pois o ato do delegado praticado com suporte no poder discricionário é contrário ao ordenamento jurídico, razão pela qual é legítima a intervenção do Poder Judiciário.

51

O Sindicato dos Policiais Civis do Estado Gama convocou assembleia extraordinária para discussão e deliberação sobre início de greve da categoria, diante da falta de recomposição salarial dos policiais. Iniciada a reunião, o presidente do sindicato informou aos policiais que a Constituição da República de 1988 assegura o direito de greve aos servidores públicos.

O inspetor de polícia Jorge, líder nato da categoria e especialista em direitos dos servidores públicos, pediu a palavra e expôs a seus colegas que, no caso concreto, o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência no sentido de que o exercício de greve pela Polícia Civil é:

- (A) lícito, diante da previsão constitucional, mas é imprescindível que ao menos 30% da categoria continue trabalhando, pelo princípio da continuidade do serviço público;
- (B) lícito, mas a Administração deve proceder ao desconto dos dias de paralisação, salvo se tiver ocorrido conduta ilícita do poder público, permitida a compensação em caso de acordo;
- (C) ilícito, pois a Constituição da República de 1988, apesar de prever genericamente o direito de greve aos servidores, expressamente veda tal direito aos policiais militares e civis;
- (D) ilícito, pois a Constituição da República de 1988 expressamente veda o direito de greve a todos os servidores públicos da área da segurança pública e da saúde, por serem serviços essenciais;
- (E) ilícito, pois há prevalência do interesse público e social na manutenção da segurança interna, da ordem pública e da paz social sobre o interesse individual da categoria.

52

João está prestando concurso público para o cargo de inspetor de Polícia Civil do Estado Beta e foi aprovado na primeira etapa, consistente na prova de conhecimentos. Não obstante entenda que havia se saído bem na prova de capacidade física, João se surpreendeu com sua eliminação nessa segunda etapa, conforme publicação no Diário Oficial do resultado, em ato assinado pelo subsecretário estadual de Polícia Civil. Sabe-se que as normas de regência do Estado Beta estabelecem que é competente, de forma não exclusiva, para presidir a comissão do concurso o secretário estadual de Polícia Civil que, no caso concreto, delegou a presidência do certame ao subsecretário da pasta.

Inconformado com sua eliminação do concurso público, João deve impetrar mandado de segurança em face do:

- (A) secretário estadual de Polícia Civil, na qualidade de autoridade delegante, apesar de ser cabível a delegação de competência no caso concreto;
- (B) secretário estadual de Polícia Civil, na qualidade de autoridade delegante, haja vista que não é cabível a delegação de competência no caso concreto;
- (C) subsecretário estadual de Polícia Civil, na qualidade de autoridade delegada, haja vista ser cabível a delegação de competência no caso concreto;
- (D) subsecretário estadual de Polícia Civil, na qualidade de autoridade delegada, haja vista que não é cabível a delegação de competência no caso concreto;
- (E) governador do Estado, que é a autoridade que ostenta competência para homologação do concurso e nomeação dos candidatos aprovados.

53

José e João, inspetores de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento a mandado de prisão preventiva pelo crime de estupro, compareceram ao local onde o réu André estava escondido e realizaram sua prisão captura. Após a leitura do mandado, André não ofereceu qualquer resistência. Os policiais civis o conduziram algemado até a viatura, quando surgiram dois vizinhos que espancaram André até sua morte, quedando-se omissos os policiais. Os filhos do agora falecido André buscaram atendimento na Defensoria Pública e ajuizaram ação indenizatória em face do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso em tela, a pretensão indenizatória:

- (A) merece prosperar, desde que comprovado que o evento danoso teria ocorrido mesmo se a vítima não estivesse sob sujeição de agentes estatais, incidindo a responsabilidade civil subjetiva por omissão;
- (B) merece prosperar, desde que comprovado que os policiais civis poderiam ter agido para evitar o resultado morte, mas optaram por não fazê-lo, incidindo a responsabilidade civil subjetiva por omissão;
- (C) merece prosperar, diante do dever especial do Estado de assegurar a integridade e a dignidade daqueles que se encontram sob sua custódia, incidindo a responsabilidade civil objetiva por omissão;
- (D) não merece prosperar, pois o resultado morte decorreu de ato ilícito de terceiro, que rompe o nexo de causalidade entre o dever de segurança especial da Administração e eventuais danos à vida, à integridade e à dignidade da vítima;
- (E) não merece prosperar, pois incide a excludente de responsabilidade civil da culpa exclusiva de terceiro, haja vista que o Estado não pode ser erigido a garantidor universal da não superveniência de qualquer ato ilícito.

54

A Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sepol) deseja realizar a contratação de sociedade empresária para a aquisição de computadores para propósitos específicos com sistema de segurança de dados, a fim de serem utilizados em atividades de planejamento e inteligência policial. O objeto contratual envolve inovação tecnológica ou técnica; impossibilidade de a Sepol ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Sepol. Ademais, a Polícia Civil verificou a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para a solução técnica mais adequada, os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida e a estrutura jurídica ou financeira do contrato.

Diante das especificidades narradas, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida ocorrerá mediante:

- (A) inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal, e o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza;
- (B) dispensa de licitação, por expressa previsão legal, e o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza;
- (C) prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às necessidades da Sepol, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;
- (D) prévia licitação, na modalidade pregão, pois o objeto do contrato possui padrões de desempenho e qualidade que podem e devem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
- (E) prévia licitação, na modalidade leilão, que exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologada assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal.

55

Mário, inspetor de polícia Civil do Estado Alfa, está lotado na Xª Delegacia de Polícia há mais de dez anos. Com o objetivo de aumentar ilicitamente sua renda mensal, Mário recebia, mensalmente, vantagem econômica direta consistente em R\$ 5.000,00, para tolerar a exploração e a prática de jogos de azar.

De acordo com a tipologia da Lei nº 8.429/1992, Mário cometeu ato de improbidade administrativa que:

- (A) importou enriquecimento ilícito e está sujeito, após o devido processo administrativo, a sanções como, por exemplo, perda da função pública, multa civil e suspensão dos direitos políticos;
- (B) importou enriquecimento ilícito e está sujeito, após o devido processo judicial, a sanções como, por exemplo, perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos;
- (C) causou prejuízo ao erário e está sujeito, após o devido processo administrativo, a sanções como, por exemplo, perda da função pública, multa civil e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até oito anos;
- (D) atentou contra os princípios da Administração Pública e está sujeito, após o devido processo administrativo, a sanções como, por exemplo, ressarcimento ao erário, multa civil e cassação dos direitos políticos;
- (E) atentou contra os princípios da Administração Pública e está sujeito, após o devido processo judicial, a sanções como, por exemplo, perda da função pública e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de oito anos.

56

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro no chamado Caso Nova Brasília. Entre as medidas determinadas pela Corte IDH, consta o ponto resolutivo de número 18 da sentença, que estabelece que o Estado deverá implementar, em prazo razoável, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre atendimento a mulheres vítimas de estupro, destinado a todos os níveis hierárquicos das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro e a funcionários de atendimento de saúde. A citada determinação vai ao encontro do princípio expresso da administração pública que espera o melhor desempenho possível do agente público em suas atribuições, para lograr melhores resultados.

Trata-se do princípio da:

- (A) impessoalidade, segundo o qual as pessoas vulneráveis devem receber tratamento compatível com suas necessidades, a fim de que seja alcançado o interesse público;
- (B) autotutela, que determina que a Administração Pública deve qualificar e capacitar constantemente seus servidores públicos, valendo-se das escolas internas de cada instituição, como a Academia de Polícia Civil (Acadepol);
- (C) continuidade dos serviços públicos, segundo o qual as atividades executadas pelos agentes públicos não devem ser interrompidas e devem ser desempenhadas com presteza e qualidade;
- (D) razoabilidade, que se relaciona com a proporcionalidade, de maneira que os agentes públicos devem ser qualificados para atender à demanda social com capacitação específica para oitiva qualificada e especializada dos grupos de vítimas mais vulneráveis;
- (E) eficiência, que se relaciona com o comando constitucional que prevê que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral.

57

Roberto, inspetor de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, de forma livre e consciente, praticou ofensa física em serviço contra o inspetor de polícia José, lotado no mesmo setor, consistente em desferir três socos no rosto da vítima, causando-lhe as lesões corporais posteriormente descritas em auto de exame de corpo de delito, sem que estivesse presente qualquer causa de excludente de ilicitude.

Sem prejuízo das medidas criminais cabíveis, de acordo com o regime jurídico peculiar aos funcionários civis do serviço policial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 218/1975), após o devido processo administrativo disciplinar, Roberto está sujeito à pena de:

- (A) demissão, que prescreve juntamente com a prescrição do crime, e o curso do prazo prescricional disciplinar interrompe-se com a instauração da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, até decisão final proferida por autoridade competente;
- (B) demissão, que prescreve no prazo de cinco anos, e o curso do prazo prescricional disciplinar suspende-se com a instauração da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, até decisão final proferida por autoridade competente;
- (C) demissão, que prescreve no prazo de três anos, e o curso do prazo prescricional disciplinar não se suspende ou se interrompe com a instauração da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, até decisão final proferida por autoridade competente;
- (D) suspensão, que prescreve no prazo de três anos, e o curso do prazo prescricional disciplinar suspende-se com a instauração da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, até decisão final proferida por autoridade competente;
- (E) suspensão, que prescreve juntamente com a prescrição do crime, e o curso do prazo prescricional disciplinar não se suspende ou se interrompe com a instauração da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, até decisão final proferida por autoridade competente.

58

Marta, inspetora de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, foi demitida após processo administrativo disciplinar. Oito meses depois, Marta conseguiu reunir provas novas e inequívocas de sua inocência e requereu revisão do processo administrativo.

A inspetora logrou êxito na mencionada revisão e obteve decisão administrativa deferindo seu reingresso na Polícia Civil, mediante:

- (A) reintegração, com ressarcimento do vencimento e vantagens e reconhecimento dos direitos ligados ao cargo;
- (B) ascensão, com ressarcimento do vencimento e vantagens e reconhecimento dos direitos ligados ao cargo;
- (C) aproveitamento, sem direito a ressarcimento do vencimento e vantagens, mas com reconhecimento dos direitos ligados ao cargo;
- (D) readaptação, sem direito a ressarcimento do vencimento e vantagens, mas com reconhecimento dos direitos ligados ao cargo;
- (E) reversão, sem direito a ressarcimento do vencimento e vantagens, mas com reconhecimento dos direitos ligados ao cargo.

59

Em janeiro de 2020, Maria, inspetora de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, completou cinco anos de efetivo serviço prestado ao Estado, em sua integralidade como policial civil.

Sabendo-se que, no ano de 2019, Maria gozou licença para tratamento de sua saúde por cem dias, com base no Regulamento do Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 3.044/1980), Maria:

- (A) tem direito à licença-prêmio, desde que se suspenda por noventa dias a contagem do tempo de serviço para fins de cumprir o período aquisitivo para fazer jus à citada licença;
- (B) tem direito à licença-prêmio, desde que se suspenda por cem dias a contagem do tempo de serviço para fins de cumprir o período aquisitivo para fazer jus à citada licença;
- (C) tem direito à licença-prêmio, sem qualquer suspensão na contagem do prazo, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, e pode gozá-la integralmente, ou em períodos de um a dois meses;
- (D) não tem direito à licença-prêmio, diante do novo regime jurídico dos servidores públicos estaduais, por expressa previsão legal, haja vista que não existe direito adquirido a regime jurídico estatutário;
- (E) não tem direito à licença-prêmio, haja vista que, durante o período aquisitivo do quinquênio, gozou licença para tratamento da saúde, havendo interrupção do prazo que volta a contar do zero a partir do término da licença.

60

João, inspetor de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, estava escalado para participar de operação policial para cumprir mandados de busca e apreensão no combate ao tráfico de drogas em determinada comunidade. Na véspera da operação, João simulou doença para esquivar-se do cumprimento do dever consistente na diligência mencionada.

Consoante dispõe o Decreto-Lei nº 218/1975, que trata do regime jurídico peculiar aos funcionários civis do serviço policial do Poder Executivo do Rio de Janeiro, em tese, o inspetor João cometeu transgressão disciplinar:

- (A) leve, razão pela qual está sujeito à pena de advertência, que será aplicada em particular e verbalmente;
- (B) média, razão pela qual está sujeito à pena de suspensão de 16 a 40 dias;
- (C) média, razão pela qual está sujeito à pena de suspensão de até 120 dias;
- (D) grave, razão pela qual está sujeito à pena de suspensão de 60 a 90 dias;
- (E) grave, razão pela qual está sujeito à pena de demissão.

Direito Penal e Leis Especiais

61

Em determinado set de filmagens, Hades, produtor técnico, entrega arma de fogo verdadeira, devidamente municada, para o ator Ares, fazendo-o acreditar que se trata de arma cenográfica, sem potencial de efetuar disparos. Já tendo lido o *script* e presenciado os ensaios, Hades sabia previamente que, nas cenas que seriam filmadas, Ares deveria apontar a arma para Atena e, após breve diálogo, efetuar o disparo para a cena fatal. Querendo a morte de Atena, em razão de desavenças pretéritas, Hades faz a substituição da arma, fornecendo-a diretamente a Ares, irrogando o famoso “quebre a perna”. Ares efetua o disparo e ceifa a vida de Atena.

Do ponto de vista jurídico-penal:

- (A) Ares e Hades responderão por homicídio doloso, o primeiro como autor e o segundo como partícipe;
- (B) Ares e Hades responderão por homicídio doloso, o primeiro como partícipe e o segundo como autor;
- (C) Ares e Hades responderão por homicídio doloso, como coautores;
- (D) Ares responderá por homicídio culposo e Hades por homicídio doloso;
- (E) Ares não responderá por crime e Hades responderá por homicídio doloso.

62

Em relação ao sujeito passivo dos delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar que:

- (A) há necessidade de demonstração de vulnerabilidade concreta;
- (B) a ausência de demonstração de relação de inferioridade inviabiliza a responsabilização criminal;
- (C) a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar é presumida;
- (D) em caso de subjugação feminina, a aplicação do sistema protetivo depende de demonstração específica;
- (E) a organização social brasileira não é mais um sistema hierárquico de poder baseado no gênero.

63

Determinado agente pratica o furto de bem pertencente a um casal, casado sob o regime de comunhão de bens, consistente em uma pequena estátua de bronze, avaliada em R\$ 3.000,00, que reproduz marido e mulher de mãos dadas.

O referido agente deverá responder por:

- (A) dois furtos, em concurso material;
- (B) dois furtos, em concurso formal perfeito;
- (C) dois furtos, em concurso formal imperfeito;
- (D) um furto, em continuidade delitiva;
- (E) um furto, sem concurso ou continuidade.

64

Depois de furtar bem de valor considerável, Hades aliena-o para Zeus, incauto consumidor e desconhecedor de sua origem ilícita. Nessa hipótese, Hades deverá responder por:

- (A) crime único de estelionato de disposição de coisa alheia como própria;
- (B) estelionato de disposição de coisa alheia como própria em concurso material com furto;
- (C) estelionato de disposição de coisa alheia como própria em concurso formal próprio com furto;
- (D) estelionato de disposição de coisa alheia como própria em concurso formal impróprio com furto;
- (E) crime único de furto.

65

Hermes, funcionário de uma empresa expressa de correspondência, documentos e objetos, que oferece ainda serviços de logística, recebe da empresa um automóvel, para fazer as entregas, sendo autorizado a permanecer com o veículo fora do horário do expediente, fazendo a locomoção entre sua residência e o trabalho e vice-versa. Durante o período da pandemia, com a diminuição da circulação de pessoas, Hermes vende o veículo para Apollo, terceiro de boa-fé, permanecendo com o valor recebido para despesas pessoais e aquisição de itens do seu interesse.

Hermes deverá responder por:

- (A) furto simples;
- (B) furto mediante fraude;
- (C) peculato-furto;
- (D) peculato-desvio;
- (E) apropriação indébita.

66

Durante evento no Maracanã, Hefesto, aproveitando-se da grande aglomeração de pessoas, esbarra em Hera, utilizando esse impacto como distração para subtrair, para si, um aparelho de telefone celular e uma carteira, contendo dinheiro e cartões. Atento à dinâmica e percebendo a subtração, Kratos se pronuncia para interceptar a fuga de Hefesto. Ocorre que, ao se aproximar e dar a ordem de parada, Kratos sofre diversas agressões por parte de Hefesto, consistentes em socos e um chute que o derruba ao solo. Hefesto só é capturado meia hora depois, quando tentava revender o aparelho subtraído.

Diante desse cenário, é correto afirmar que Hefesto deverá responder por:

- (A) furto qualificado pela destreza e lesões corporais leves;
- (B) furto simples e lesões corporais leves;
- (C) roubo próprio;
- (D) roubo impróprio;
- (E) roubo majorado.

67

Durante a madrugada, o telefone fixo da residência de Gaia toca e, preocupada com seu filho, Hipério, a ligação é atendida com a frase "Hipério, você está bem?". O chamador, Fobos, afirma que o bem-estar de Hipério dependerá do comportamento dela, já que o tem subjugado. Passa, então, a exigir o pagamento de resgate, passando as orientações para que Gaia deposite R\$ 10.000,00 na conta de uma terceira pessoa. Gaia, extremamente aflita, sucumbe à exigência, fazendo a transferência do valor, sem saber que, na verdade, Hipério estava completamente a salvo, apenas dormindo na calçada da sua residência, haja vista o excesso no consumo de bebida alcoólica. Diante de tal quadro, Fobos deverá responder por:

- (A) furto mediante fraude;
- (B) roubo próprio;
- (C) extorsão;
- (D) extorsão mediante sequestro;
- (E) estelionato.

68

Ártemis e Deméter se conheceram por meio de aplicativo de encontros casuais para maiores. Depois de algum tempo, ainda sem se verem pessoalmente, trocaram voluntariamente fotos em que aparecem nus. Deméter, então, ameaça expor essas fotos em sites pornográficos, caso Ártemis não concorde em se exibir para ele através de uma *webcam*, inserindo objetos em seu canal retal.

Tal conduta configura o delito de:

- (A) estupro;
- (B) violação sexual mediante fraude;
- (C) importunação sexual;
- (D) assédio sexual;
- (E) registro não autorizado da intimidade sexual.

69

Sob o argumento da produção de cena de arte para um filme, Circe produz, dirige e filma, por meio de *hand cam*, a prática de ato sexual entre Hebe, então com 13 anos de idade, e Deimos, conhecido ator do ambiente pornográfico, com mais de 25 anos de carreira.

Sob o aspecto jurídico-penal, é correto afirmar que essa conduta:

- (A) não configura ilícito penal;
- (B) configura crime de estupro;
- (C) configura crime de estupro de vulnerável;
- (D) configura crime de estupro em concurso com o Art. 240 da Lei nº 8.069/1990;
- (E) configura crime de estupro de vulnerável em concurso com o Art. 240 da Lei nº 8.069/1990.

70

Hécate, contando com 7 anos de idade, é molestada sexualmente por Zelus, seu primo, então com 18 anos. A vítima não revela os fatos a seus pais ou a terceiros, por se sentir envergonhada. Somente ao completar 18 anos de idade, a vítima decide noticiar o crime.

Sobre a oportunidade da notícia, é correto afirmar que:

- (A) o crime não está prescrito, pois o prazo em abstrato é de vinte anos;
- (B) o crime está prescrito, pelo transcurso integral do prazo prescricional;
- (C) o crime não está prescrito, pois o prazo só começa a correr quando a vítima completa 18 anos;
- (D) o crime está prescrito, pois o prazo é contado pela metade, em razão da idade do agente;
- (E) o crime não está prescrito, pois completar a maioridade constitui causa interruptiva.

71

Durante as comemorações do carnaval, na cidade do Rio de Janeiro, Asclépio se desloca ao Centro, para acompanhar famoso bloco de foliões. Mergulhado na festividade e sob o sol impiedoso, passa a ingerir diversas bebidas. Desatento às filas formadas nos mictórios químicos, é acometido por intensa vontade de urinar. Procurando rua lateral, ao pé de uma árvore, passa a urinar, oportunidade em que é abordado pela Guarda Municipal e encaminhado para a unidade de Polícia Judiciária. Quanto à conduta desenvolvida por Asclépio, é correto afirmar que:

- (A) é atípica;
- (B) constitui ato obsceno;
- (C) constitui importunação sexual;
- (D) constitui objeto obsceno;
- (E) constitui assédio sexual.

72

No que diz respeito ao feminicídio, é correto afirmar que:

- (A) a violência praticada no âmbito da unidade doméstica não exige que a mulher faça parte desse núcleo de convívio permanente;
- (B) na violência praticada no âmbito da unidade doméstica, a fugacidade e a eventualidade do convívio não excluem sua configuração;
- (C) a violência praticada no âmbito familiar exige parentesco, natural ou civil, entre autor e vítima, excluído aquele determinado por afinidade;
- (D) na violência praticada no âmbito familiar, é possível a configuração de feminicídio contra a “tia de consideração”, desde que aparentada do agente;
- (E) a violência praticada no âmbito das relações íntimas de afeto, em curso ou já findas, depende da ocorrência de coabitação.

73

Constitui categoria fora do âmbito de proteção da qualificadora do “homicídio funcional”:

- (A) guardas municipais;
- (B) integrantes do Conselho Penitenciário;
- (C) policiais aposentados;
- (D) integrantes da Comissão Técnica de Classificação;
- (E) juízes de direito.

74

No que toca à causa de aumento de pena do feminicídio, é correto afirmar que:

- (A) a causa relacionada à prática durante a gestação não é coligada a qualquer tutela da vida do nascituro;
- (B) se o feminicídio é praticado contra uma mulher grávida, há consunção da hipótese de abortamento;
- (C) o que justifica o incremento da sanção penal na prática durante a gestação é a condição de sexo feminino;
- (D) a causa relacionada à prática durante a gestação tem início no momento em que a vida do nascituro surge como viável;
- (E) a causa relacionada à prática durante a gestação tutela também os casos de gravidez anembrionária.

75

O Código Penal conta com dispositivo cuja finalidade é coibir a violência doméstica, entendida esta como a prática do delito de lesão corporal contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade (Art. 129, § 9º, do Código Penal). Sobre essa norma, é correto afirmar que:

- (A) a lesão imposta é de natureza unicamente leve, dando margem a um tipo qualificado, mas não pelo resultado;
- (B) a qualificadora da violência doméstica pode ser aplicada aos casos de lesão corporal culposa;
- (C) a qualificadora da violência doméstica pode ser aplicada aos casos de vias de fato;
- (D) a qualificadora da violência doméstica não pode ser aplicada aos casos de parentalidade socioafetiva;
- (E) a qualificadora da violência doméstica pode ser aplicada a todas as relações de convivência cotidiana.

Direito Processual Penal

76

Iniciada investigação a respeito de complexo esquema de corrupção envolvendo sociedade empresária e agentes públicos, foi o delegado de polícia procurado por Tântalo, envolvido nos atos ilícitos, com a proposta de realização de acordo de colaboração premiada. Vislumbrando vantagem estratégica na elaboração do acordo, o delegado de polícia formalizou sua instrumentalização, submetendo, posteriormente, ao Ministério Público e à homologação judicial. Diante do cenário anunciado e da anuência ministerial, o acordo foi homologado, comparecendo Tântalo na unidade policial para prestar depoimentos, porém, aguardando indefinidamente para a produção de provas. Paralelamente ao acordo celebrado, o delegado de polícia e seus agentes lograram produzir inúmeras provas de maneira autônoma, corroborando a prática do ilícito investigado. Ao cabo da investigação, foi produzido o relatório policial, indiciando o colaborador Tântalo e mais quatro outras pessoas delatadas. O Ministério Público ofereceu denúncia contra todos, sendo certo que, ao longo da instrução, limitou-se a reproduzir as provas já angariadas na fase de investigação preliminar, não contando com a contribuição do delator, que limitou-se a intervir quando do seu interrogatório.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) não sendo fornecidos elementos para a obtenção de resultados, a colaboração premiada fica afastada na hipótese;
- (B) o delegado de polícia não tem legitimidade para realizar o acordo de colaboração premiada;
- (C) a sentença deve reconhecer a aplicação das sanções premiais ao colaborador, já que o acordo foi homologado;
- (D) a sentença deve reconhecer a aplicação das sanções premiais ao colaborador, já que não houve qualquer impugnação;
- (E) a sentença deve reconhecer a aplicação das sanções premiais ao colaborador, já que a delação foi eficaz.

77

Determinado réu foi sentenciado pela prática do delito previsto no Art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, à pena de cinco anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado. Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que deu parcial provimento ao recurso, diante da necessidade de que o juízo sentenciante analise a eventual possibilidade de aplicação da minorante prevista no Art. 41 da Lei nº 11.343/2006 ("Art. 41. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços").

A constatação exclusiva na sentença de vícios decorrentes da individualização da pena ocasiona a anulação:

- (A) total da sentença, com afetação da validade ou da eficácia do juízo condenatório, diante do caráter unitário do título, com a necessidade da prolação de uma nova sentença na sua integralidade;
- (B) parcial da sentença, sem afetação da validade ou da eficácia do juízo condenatório, por incidir apenas na dosimetria da pena, na fase de individualização;
- (C) total da sentença, com afetação da validade ou da eficácia do juízo condenatório, diante da ausência de fundamentação válida, afetando o título como um todo;
- (D) parcial da sentença, sem afetação da validade ou da eficácia do juízo condenatório, porquanto de caráter objetivo, incidindo na fase de individualização;
- (E) total da sentença, com afetação da validade ou da eficácia do juízo condenatório, haja vista que referido comando legal tem caráter objetivo.

78

A audiência preliminar do Art. 16 da Lei nº 11.340/2006 (confirmação de retratação) é:

- (A) facultativa, não devendo ser realizada de ofício, tendo cabimento em crimes de qualquer natureza no âmbito da Violência Doméstica e Familiar;
- (B) obrigatória, devendo ser realizada de ofício, sendo exigível como normal fase de desenvolvimento do procedimento dos crimes da competência da Violência Doméstica e Familiar;
- (C) facultativa, não devendo ser realizada de ofício, somente sendo exigível quando a vítima demonstrar, por qualquer meio, que pretende desistir do prosseguimento do feito;
- (D) obrigatória, devendo ser realizada de ofício, sendo exigível como normal fase de desenvolvimento do procedimento dos crimes de ação penal pública incondicionada;
- (E) facultativa, podendo ser realizada de ofício, sempre que o juiz verificar, em crimes de qualquer natureza, que a vítima pretende desistir do prosseguimento do feito.

79

Sobre a sistemática adotada para demonstração e/ou comprovação das lesões corporais, nos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar que:

- (A) conquanto o exame de corpo de delito deva, como regra, ser produzido para a configuração do crime, admite-se que a materialidade possa ser comprovada por outros meios de prova;
- (B) nos crimes da Lei Maria da Penha que deixem vestígios, é obrigatória a realização de exame de corpo de delito, sob pena de não configuração da materialidade e impossibilidade de responsabilização criminal;
- (C) nos crimes da Lei Maria da Penha que deixem vestígios, é obrigatória a realização de exame de corpo de delito, podendo, no entanto, a prova pericial ser substituída pelo depoimento da ofendida;
- (D) nos crimes da Lei Maria da Penha que deixem vestígios, é obrigatória a realização de exame de corpo de delito, não sendo possível a substituição por outros elementos de prova;
- (E) conquanto haja determinação legal sobre a forma de comprovação de determinados tipos de ilícitos, o princípio da liberdade probatória ou da instrumentalidade das formas probatórias permite a substituição do modelo legal.

80

Após receberem notícia de crime inqualificada, versando sobre tráfico de drogas atribuído a Afrodite, delegado de polícia e policiais civis se deslocaram ao aeroporto Santos Dumont, no Centro do Rio de Janeiro, aguardando, em vigilância dissimulada, o desembarque dos passageiros. A notícia recebida era extremamente detalhada, indicando a origem da droga, pasta base de cocaína, manufaturada no interior da Bahia, e transportada no interior de bonecas de pano, na bagagem de mão, sem ultrapassar o volume de 10kg. Informou, ainda, as características de quem realizava o transporte, bem como sua inserção na facção criminosa, comunicando, por derradeiro, as características de quem ficou encarregado de buscar Afrodite no aeroporto. Quando o voo oriundo de Salvador iniciou seu desembarque, Afrodite percebeu a movimentação atípica, ficando extremamente nervosa. Ato contínuo, tentou se livrar da mala de bordo, sem sucesso. Sendo capturada pelos agentes policiais, que procederam à “advertência de Miranda”, em abordagem gravada por meio audiovisual. Durante a revista, seu telefone celular passou a tocar, sendo certo que Afrodite foi autorizada a atendê-lo, oportunidade em que iniciou conversa, por meio do sistema viva-voz, com Arquimedes, membro da facção criminosa responsável pelo seu transporte. Sem que fosse solicitada, Afrodite conduziu os agentes policiais à presença de Arquimedes, que foi capturado em flagrante, quando constatada sua similitude com a descrição constante da notícia inqualificada. Diante dessa ocorrência, é correto afirmar que a captura de Arquimedes é:

- (A) ilegal, diante da ausência de prévia autorização judicial para implementação da entrega vigiada;
- (B) legal, diante da configuração da hipótese de flagrante esperado;
- (C) ilegal, diante da ilegalidade da escuta da conversa telefônica, sem prévia autorização judicial;
- (D) legal, diante da configuração da hipótese de flagrante controlado;
- (E) ilegal, diante da configuração da hipótese de flagrante preparado.

81

A respeito da audiência de custódia, é correto afirmar que:

- (A) o estabelecimento da audiência de custódia no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019 concretiza disposição da Convenção de Palermo em reforço aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da segurança jurídica;
- (B) a não realização da audiência de custódia, por si só, é apta a ensejar a ilegalidade da prisão cautelar imposta ao capturado, diante da necessidade de respeito aos direitos e garantias previstos na Constituição da República de 1988 e no Código de Processo Penal;
- (C) operada a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, fica superada a alegação de nulidade na ausência de apresentação do preso ao juízo com competência para a audiência de custódia, logo após o flagrante;
- (D) a realização de audiência de custódia não pode ser dispensada em razão das limitações decorrentes da crise provocada pela pandemia de Covid-19, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça;
- (E) a captura do agente em decorrência do cumprimento de títulos prisionais distintos da prisão em flagrante dispensa a realização da audiência de custódia, diante do prévio controle da prisão pelo Poder Judiciário.

82

Sobre as medidas cautelares pessoais, é correto afirmar que:

- (A) a situação de pandemia criou direito subjetivo ao desencarceramento das pessoas privadas de liberdade;
- (B) a oferta de assistência médica no presídio não altera a avaliação sobre a manutenção da prisão em meio à pandemia;
- (C) o contexto de disseminação da Covid-19 em cada ambiente carcerário não altera a avaliação sobre a manutenção da prisão;
- (D) mesmo durante a pandemia persiste o direito da coletividade em ver preservada a segurança pública;
- (E) a especial vulnerabilidade de alguns presos não altera a avaliação sobre a manutenção da prisão em meio à pandemia.

83

O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões é um sistema eletrônico que auxilia as autoridades judiciárias da justiça criminal na gestão de documentos atinentes às ordens de prisão/internação e soltura expedidas em todo o território nacional, materializando um Cadastro Nacional de Presos.

A respeito desse referido sistema, é correto afirmar que:

- (A) as unidades jurisdicionais competentes e o Conselho Nacional de Justiça podem expedir, atualizar e/ou excluir documentos e cadastros no sistema;
- (B) o cadastramento de usuários no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões é realizado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- (C) no caso de indisponibilidade do sistema, a autoridade judicial pode se valer dos meios disponíveis para efetivação da ordem;
- (D) cessada a indisponibilidade do sistema, deverá a autoridade judicial realizar, imediatamente, o registro no Banco, com justificativa da data posterior de inserção;
- (E) ao Conselho Nacional de Justiça compete, privativamente, expedir, modificar ou alterar quaisquer documentos no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões.

84

Em relação à contemporaneidade da prisão provisória, é correto afirmar que:

- (A) pode ser demonstrada por Relatórios de Inteligência Financeira do COAF, caso apontem movimentação financeira em período próximo à avaliação da necessidade cautelar;
- (B) a regra não comporta mitigação, ainda que a natureza do delito indique a alta possibilidade de recidiva;
- (C) diz respeito ao fato delitivo apurado, e não a fatos ocorridos no curso da investigação preliminar ou instrução criminal;
- (D) a regra não comporta mitigação, ainda que demonstrados indícios de que persistem atos de desdobramento da cadeia delitiva inicial;
- (E) a cessação da atividade criminosa é fator obstativo para a incidência do requisito da contemporaneidade dos fatos que ensejam a decretação da prisão.

85

Durante a realização de abordagem, guarnição composta por dois policiais militares do Batalhão de Polícia Rodoviária, no posto da Via Lagos, logrou identificar quatro agentes que transportavam em seu veículo expressiva quantidade de cocaína, acondicionada em tabletes, bem como, no forro do veículo, armas de fogo escondidas. Os abordados não ofereceram resistência ou se opuseram às ordens policiais. Os policiais militares, no entanto, efetuaram a algemação dos capturados, procedendo ao seu transporte até a unidade de Polícia Judiciária de plantão.

O uso das algemas, no presente caso, é:

- (A) ilegal, diante da ausência de resistência ou oferecimento de risco concreto à guarnição;
- (B) legal, diante do risco à integridade física dos policiais e de terceiros;
- (C) ilegal, diante da ausência de qualquer oposição às ordens policiais;
- (D) legal, diante do exercício regular do direito, decorrente da operação policial executada;
- (E) ilegal, diante da ausência de justificação, por escrito, da necessidade da aplicação da contenção.

86

Policiais militares estavam em patrulhamento de rotina, quando avistaram indivíduos que fugiram ao ver a viatura policial, um dos quais entrou em sua residência. Sem que houvesse denúncia anônima e sem autorização judicial, a guarnição policial ingressou na residência, momento em que se logrou apreender entorpecentes. Apresentando a ocorrência na unidade de Polícia Judiciária, a guarnição policial fez constar que um vizinho teria autorizado o ingresso na residência.

Diante desse cenário, é correto afirmar que a prisão é:

- (A) ilegal, diante da ausência de prévia autorização judicial para busca na residência;
- (B) legal, por haver flagrante de crime permanente, o que dispensa a prévia autorização judicial;
- (C) legal, diante do consentimento válido do vizinho para ingresso na residência;
- (D) legal, diante da configuração de justa causa para a ação policial;
- (E) ilegal, pois a busca e apreensão não poderia ser executada pela Polícia Militar.

87

Em relação às audiências de custódia, é correto afirmar que:

- (A) as audiências devem ser realizadas em até 24 horas, sob pena de ilegalidade automática da prisão;
- (B) a substituição do flagrante por prisão preventiva não altera a ilegalidade da ausência de audiência de custódia;
- (C) a substituição do flagrante por cautelar alternativa não altera a ilegalidade da ausência de audiência de custódia;
- (D) a convalidação do flagrante em preventiva, na audiência de custódia, demanda provas sólidas e conclusivas;
- (E) a alegação de nulidade na audiência de custódia fica superada pela decretação de novo título prisional.

88

Em relação ao sistema protetivo da Lei Maria da Penha, é correto afirmar que:

- (A) o descumprimento de medidas protetivas judicialmente impostas não pode ser utilizado para justificar a negatificação vetorial da pena-base, por constituir ilícito autônomo;
- (B) por constituir ilícito autônomo, o descumprimento de medidas protetivas não pode justificar a aplicação de medida prisional cautelar;
- (C) as medidas protetivas de urgência são ontológica e funcionalmente incompatíveis com as medidas cautelares alternativas, não comportando a substituição de umas pelas outras;
- (D) evidenciada a periculosidade em concreto do agente, diante do descumprimento das medidas protetivas, fica demonstrada a insuficiência da cautela, a ensejar a decretação de preventiva;
- (E) há pertinência na realização da audiência de justificação ainda que o procedimento tenha sido arquivado e as medidas protetivas tenham sido revogadas, visto ser cabível a admoestação verbal.

89

Quanto à investigação preliminar realizada sob a forma de inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) ainda que no curso da investigação policial se realizem atos concretos de perturbação da liberdade jurídica do indivíduo, não há submissão a controle jurisdicional;
- (B) gravidade e complexidade do fato investigado não são fatores que legitimam, por si sós, a duração alongada da investigação preliminar, ensejando constrangimento ilegal;
- (C) a reforma do Código de Processo Penal pela Lei nº 12.403/2011 passou a prever, em hipóteses urgentes ou com risco de ineficiência da medida, que o juiz da causa poderá estabelecer cautelas, independentemente da oitiva antecipada do interessado, no curso da investigação;
- (D) não há nulidade na juntada posterior de provas colhidas durante o inquérito, desde que a defesa seja intimada para se manifestar sobre elas antes da sentença;
- (E) a jurisprudência dos Tribunais Superiores entende que é necessária a presença de advogado durante o interrogatório policial do réu.

90

Agentes da Polícia Civil, devidamente amparados por mandado de busca e apreensão, expedido de maneira fundamentada por juiz de direito competente, ingressam na empresa de transportes de cargas e logística “Chego Já”, pertencente ao investigado Hermes. Ao chegar ao local, os agentes ficaram impressionados com a estrutura física da empresa, à semelhança de um *bunker*, com ostensivo e completo sistema de circuito interno e externo de câmeras. Após o ingresso, lograram encontrar diversos itens de origem duvidosa, posto desamparados da respectiva nota fiscal ou qualquer documento que habilitasse sua circulação. Procederam, portanto, à apreensão dos itens, consistentes em mais de dez mil pares de tênis de uma famosa marca esportiva. Diante do número exíguo de policiais e do grande volume de itens apreendidos, não houve a contagem individualizada, limitando-se os agentes a carregar alguns caminhões, conduzindo o material para a unidade de Polícia Judiciária. Antes de deixar a empresa, os agentes apreenderam as imagens do circuito de câmeras, que captaram as movimentações anteriores, bem como o cumprimento da busca e apreensão policial. No caminho para a Delegacia, parte dos itens se perdeu, em virtude do acondicionamento precário no caminhão de transporte, sendo destruída por outros carros que estavam no trânsito regular. Ao chegar ao destino, os agentes policiais fotografaram os itens tanto no caminhão, quanto no interior da Delegacia de Polícia. No inquérito devidamente instaurado, a defesa técnica de Hermes fez juntar petição requerendo o reconhecimento da quebra da cadeia de custódia, com desentranhamento da prova, diante da falta de cuidado mínimo para se preservar os objetos apreendidos e ausência de documentação do local exato onde os objetos foram encontrados e ainda que o registro fotográfico foi feito apenas após a realização da busca e apreensão.

Diante desse cenário, é correto afirmar que a prova é:

- (A) ilícita, pela negativa de vigência dos Art. 6º, Art. 157, Art. 169 e Art. 564, IV, do Código de Processo Penal, diante da ausência de preservação dos itens apreendidos;
- (B) lícita, pois toda a dinâmica foi captada pelo sistema de imagens, o que serve como documentação, sendo certo que o erro quantitativo não afasta a natureza da prova;
- (C) ilícita, pela negativa de vigência dos Art. 6º, Art. 157, Art. 169 e Art. 564, IV, do Código de Processo Penal, diante da ausência de documentação correta no lugar da apreensão;
- (D) lícita, pois a ausência de documentação comprobatória da origem ilícita dos bens transforma o delito em crime permanente a ensejar a atuação policial a qualquer tempo;
- (E) ilícita, pela negativa de vigência dos Art. 6º, Art. 157, Art. 169 e Art. 564, IV, do Código de Processo Penal, diante da realização do registro fotográfico apenas após a realização da busca e apreensão.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

91

Maria está trabalhando na definição de uma política de senhas para um site. Já está estabelecido que as senhas devem conter quatro caracteres; que será considerado um alfabeto com 26 letras; e que os caracteres especiais serão limitados à lista abaixo.

!@#%&*+=+

A partir disso, Maria imaginou três alternativas, cada uma com distintos requisitos mínimos obrigatórios que devem ser observados na criação de uma senha, a saber:

- I. pelo menos uma letra maiúscula, pelo menos um caractere especial;
- II. pelo menos uma letra minúscula, pelo menos um dígito numérico;
- III. pelo menos uma letra maiúscula, pelo menos uma letra minúscula.

Considerando que os usuários escolham suas senhas aleatoriamente, a ordem das políticas, da mais forte para a mais fraca, é:

- (A) I, II, III;
- (B) I, III, II;
- (C) II, I, III;
- (D) II, III, I;
- (E) III, II, I.

92

Computadores trabalham com arquivos com conteúdos distintos, e é comum encontrar na Internet sites que oferecem *downloads* no formato “csv”.

Arquivos desse tipo contêm, primordialmente:

- (A) aplicativos;
- (B) áudio;
- (C) imagens;
- (D) texto;
- (E) vídeos.

93

João preparou um documento no MS Word 2010 que contém três partes: a introdução, o corpo do texto e a bibliografia. A numeração das páginas deve reiniciar a cada uma dessas partes.

João pode viabilizar esse efeito pelo uso do recurso:

- (A) *Dividir* na guia *Exibição*;
- (B) *Pincel de Formatação* na guia *Página Inicial*;
- (C) *Quebras* na guia *Layout da Página*;
- (D) *Símbolo* na guia *Inserir*;
- (E) *Sumário* na guia *Referências*.

94

No LibreOffice Writer, é possível selecionar partes não contíguas de um documento.

Para isso, é preciso selecionar a parte desejada e:

- (A) manter pressionada a tecla *Ctrl* e pressionar a tecla *PgDn* ou *PgUp* na direção desejada;
- (B) manter pressionada a tecla *Ctrl* e pressionar uma tecla de seta na direção desejada;
- (C) manter pressionada a tecla *Ctrl* enquanto seleciona mais partes;
- (D) manter pressionada a tecla *Shift* e pressionar uma tecla de seta na direção desejada;
- (E) manter pressionada a tecla *Shift* enquanto seleciona mais partes.

95

Tiago estava trabalhando numa planilha MS Excel 2010 com dezenas de células preenchidas. Especificamente, a célula C5 continha a fórmula “=SOMA(A10:B20)” e a célula F4 continha a fórmula “=MÁXIMO(C1:C4)”.

Nessas condições, Tiago selecionou a coluna E, clicou o botão direito do mouse e inseriu uma coluna. Em seguida, selecionou a linha 7, clicou o botão direito do mouse e inseriu uma linha.

Após a execução dessas operações, as fórmulas presentes nas células C5 e G4 eram, respectivamente:

- (A) =SOMA(A10:B20) =MÁXIMO(C1:C4)
- (B) =SOMA(A11:B21) =MÁXIMO(C1:C4)
- (C) =SOMA(A11:B21) =MÁXIMO(D1:D4)
- (D) =SOMA(B10:C20) =MÁXIMO(C2:C5)
- (E) =SOMA(B11:C21) =MÁXIMO(D1:D4)

96

No MS Excel 2010, o recurso *Congelar Linha Superior*, na guia *Exibição*, tem como efeito:

- (A) impedir que a formatação da linha superior seja modificada;
- (B) impedir que os valores/fórmulas das células da linha superior sejam modificados;
- (C) manter a linha superior visível na rolagem da planilha;
- (D) travar a rolagem da planilha para baixo;
- (E) travar a rolagem da planilha para cima.

97

No contexto da proteção de planilhas e compartilhamento de pastas de trabalho no MS Excel, analise as afirmativas a seguir.

I. É possível permitir alterações numa pasta de trabalho por mais de um usuário ao mesmo tempo.

II. É possível ter, numa única planilha, células com distintas regras de proteção.

III. É possível ter, simultaneamente, mais de uma senha para desproteger uma planilha.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

98

Observe o endereço (URL) de um recurso na Internet.

<https://www.mercado.com.br/Informatica/?Filtro=C56>

De acordo com a estrutura padrão de um(a) URL, o componente que NÃO foi explicitamente especificado é:

- (A) caminho (path);
- (B) domínio;
- (C) esquema ou protocolo;
- (D) porta;
- (E) query string.

99

João tem em seu computador um arquivo denominado “teste.PDF” e gostaria que o Windows 10 o abrisse *sempre* com o *Google Chrome*. Porém, toda vez que tenta abrir esse arquivo a partir do *Explorador de Arquivos* do Windows 10, é o *Adobe Acrobat Reader* que é invocado.

João pediu ajuda sobre como proceder para alcançar esse objetivo, sendo que os demais arquivos PDF da pasta continuariam abrindo normalmente no *Adobe Acrobat Reader*.

Das cinco sugestões que recebeu, a única correta foi:

- (A) abra a janela de *Propriedades* do arquivo no *Explorador de Arquivos* e use o botão *Alterar* no item *Abrir como*;
- (B) abra a opção *Configurações* no menu *Iniciar* e clique no item *Aplicativos e recursos* e localize o *Chrome* na opção *Aplicativos padrão*;
- (C) abra a opção *Configurações* no menu *Iniciar* e clique no item *Personalização*;
- (D) abra o menu do *Google Chrome* no canto superior da tela, acione a opção *Favoritos* e personalize o acesso;
- (E) não é possível fazer essa distinção para um único arquivo pelos comandos da interface gráfica do Windows.

100

Na interface do Windows 10, o painel que serve para fixar aplicativos frequentemente utilizados é conhecido como:

- (A) Acesso rápido;
- (B) Área de Trabalho Remota (Remote Desktop);
- (C) Barra de Tarefas (Taskbar);
- (D) Cortana;
- (E) Menu iniciar (Start Menu).

Realização

